

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.597.230 - GO (2019/0297484-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : REBRACE REFLORESTADORA DO BRASIL CENTRAL COM IND
LTDA
OUTRO NOME : REBRACE REFLORESTADORA DO BRASIL CENTRAL COMÉRCIO
E INDÚSTRIA LTDA
ADVOGADO : CLAYTON CÉSAR DA SILVA - GO020105
AGRAVADO : CREUSA BARBOSA ALVES
AGRAVADO : MANOEL PRIMO ALVES
ADVOGADO : JALES PERILO - GO001390
INTERES. : JALES BORGES SARAIVA

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE IMISSÃO NA POSSE. 1. VIOLAÇÃO À CF. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. 2. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. 3. PEDIDO DE ADIAMENTO DE SESSÃO NO TRIBUNAL DE ORIGEM. FUNDAMENTO INATACADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. 4. PREVENÇÃO E CONEXÃO. REUNIÃO DE AÇÕES. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 5. PAGAMENTO DE DESPESAS PROCESSUAIS. FUNDAMENTO INATACADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. 6. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 7. USUCAPIÃO. REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 8. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu recurso especial apresentado por REBRACE – REFLORESTADORA DO BRASIL CENTRAL – COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA., com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Compulsando os autos, verifica-se que os agravados ingressaram com ação de imissão na posse (e-STJ, fls. 1-29), tendo o Juízo de primeiro grau julgado procedentes os pedidos (e-STJ, fls. 912-919).

Interposto recurso de apelação pela ora agravante, o Tribunal de origem decidiu, por unanimidade, negar-lhe provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl.

1.155):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE IMISSÃO NA POSSE. TÍTULO AQUISITIVO INSCRITO NO CARTÓRIO. ARREMATACÃO PERFEITA E ACABADA.

1. Inexiste cerceamento de defesa pelo julgamento antecipado da lide, quando os documentos presentes nos autos mostram-se suficientes para a análise da controvérsia posta em juízo.

2. Tendo transitado em julgado a sentença proferida na ação de reintegração de posse, que se encontra em fase de cumprimento de sentença relativamente apenas a custas e honorários advocatícios, não há que se alegar a vedação ao ajuizamento de ação de imissão de posse, na qual se discute o domínio sobre o respectivo bem imóvel. Preliminar afastada.

3. Ação petitória proposta pelo apelado em face do apelante. De acordo com a certidão narrativa, o imóvel objeto da celeuma, matrícula 12.160 foi regularmente arrematado pelos autores.

4. Não sendo a posse exercida pela recorrente sobre o imóvel, mansa e pacífica, não há que se falar em "animus domini", portanto, não gera o direito à aquisição da propriedade por meio de usucapião.

5. Pelo princípio da eventualidade, compete ao réu, na contestação, alegar todas as defesas contra o pedido do autor, sob pena de preclusão e de não conhecimento a respeito de inovações recursais.

6. A Súmula 487 do Superior Tribunal de Justiça determina que será deferida a posse a quem, evidentemente, tiver o domínio, se com base neste for ela disputada.

7. Comprovada a titularidade do domínio pelo autor, ora apelado, a individualização da coisa e a posse injusta do réu, ora apelante, mantém-se a sentença final que julgou procedente o pedido de imissão na posse do imóvel adquirido em hasta pública.

APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E DESPROVIDA.

Apresentados embargos de declaração pela ora agravante, estes foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.212-1.214, 1.224-1.292).

Nas razões do recurso especial, fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, a recorrente alegou a violação aos arts. 5º, LV, da CF; 268, 923 e 930, parágrafo único, do CPC/1973; 4º, 6º, 7º, 10, 11, 55, § 3º, 362, II, 370, 489, § 1º, 504, 557, 937 e 1.022 do CPC/2015; 1.210, § 2º, e 1.238 do CC (e-STJ, fls. 1.244-1.292).

Sustentou que o Tribunal local foi omissos, por não ter analisado os pedidos formulados nos embargos de declaração.

Asseverou ser o acórdão recorrido nulo, por não ter a Corte estadual apreciado o pedido de adiamento do julgamento, fato que impossibilitou a sustentação oral.

Relatou que o Desembargador Zacaria Neves Coelho era prevento para análise do recurso de apelação, porque conheceu o primeiro recurso interposto na ação de reintegração de posse, envolvendo o objeto do litígio, e que se encontra na fase de cumprimento de sentença.

Aduziu que, na pendência de ação possessória, é defesa a propositura de ação petitória, ainda mais quando há discussão quanto ao real proprietário do imóvel.

Destacou que os recorridos não procederam ao pagamento das despesas processuais relativas à ação reivindicatória por eles proposta, o que impossibilitaria o trâmite da ação objeto de análise.

Apontou a necessidade de reunião do processo em análise com os embargos à execução (processo n. 2194-63.2015.8.09.0097), afirmando que não poderia ser prolatada decisão neste feito antes do resultado dos embargos, porque este é prejudicial à arrematação, sendo necessária a prolação de decisões uniformes, uma vez que há pedido de declaração de ineficácia da arrematação em virtude do pagamento da dívida.

Revelou que o julgamento antecipado da lide resultou em análise equivocada dos fatos, ao constar na sentença que se tratava de matrículas e imóveis distintos, desconsiderando o instrumento de ajuste firmado entre os litigantes, afrontando os princípios do contraditório e da ampla defesa, uma vez que não lhe foi possibilitada a produção de provas necessárias ao deslinde da causa.

Frisou que, em virtude de ter exercido a posse mansa e pacífica e com ânimo de dono, por mais de 20 anos, ininterruptamente, deveria lhe ter sido deferida a usucapião.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 1.308-1.335).

O Tribunal de origem não admitiu o processamento do recurso especial por não ser a via adequada para questionar violação a norma constitucional e em virtude da incidência das Súmulas n. 7/STJ, 282 e 284/STF (e-STJ, fls. 1.340-1.341).

Foi interposto agravo em recurso especial às fls. 1.345-1.367 (e-STJ), e não apresentada contraminuta, conforme certificado à fl. 1.373 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, verifica-se que a recorrente alegou violação ao art. 5º, LV, da CF. Contudo, é evidente a inadequação da via recursal eleita, porquanto "compete ao Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso especial, a análise da interpretação da legislação federal, motivo pelo qual se revela inviável invocar, nesta seara, a violação de dispositivos e princípios constitucionais, porquanto matéria afeta à competência do STF (art. 102, inciso III, da Constituição Federal)" (AgRg no AREsp n. 359.463/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 24/2/2015, DJe 3/3/2015).

Ademais, cabe esclarecer que os embargos de declaração se revestem de índole particular e fundamentação vinculada, cujo objetivo é o esclarecimento do verdadeiro sentido de uma decisão eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1.022 do CPC/2015), não possuindo natureza de efeito modificativo.

Outrossim, a jurisprudência desta Corte é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte.

No que tange à suposta negativa de prestação jurisdicional, é preciso deixar claro que o acórdão recorrido resolveu satisfatoriamente as questões deduzidas no processo, sem incorrer nos vícios de obscuridade, contradição ou omissão com relação a ponto controvertido relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional.

Desse modo, tendo o Tribunal de origem motivado adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese, não há que se afirmar que a Corte estadual não se pronunciou sobre o pleito da parte recorrente, apenas pelo fato de o julgado recorrido ter decidido contrariamente à pretensão da parte.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE. AUSÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/15. INOCORRÊNCIA.

1. Ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais, fundada na indevida negativa de restituição e cobertura integral do

tratamento decorrente de acidente vascular cerebral (AVC).

2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, rejeitam-se os embargos de declaração.

3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15.

4. Agravo Interno no agravo em recuso especial não provido.

(AgInt no AREsp 1483186/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/08/2019, DJe 28/08/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FACTORING. CLÁUSULA CONTRATUAL DE RECOMPRA DOS TÍTULOS EM CASO DE NÃO PAGAMENTO PELOS SACADOS/DEVEDORES. NULIDADE. PRÁTICA INCOMPATÍVEL COM A ATIVIDADE DE FOMENTO MERCANTIL. PRECEDENTES DESTA CORTE. ARTS. 1.022 E 489 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE OMISSÕES E DE DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em ofensa aos arts. 489, § 1º e 1.022, II, do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

2. A jurisprudência do STJ possui entendimento no sentido de que a empresa faturizada não responde pelo simples inadimplemento dos títulos cedidos, devendo ser declarada nula a cláusula de recompra, tendo em vista que a estipulação contratual nesse sentido retira da empresa de factoring o risco inerente aos contratos dessa natureza. Precedentes. (AgInt no AREsp 1304634/SE, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 30/10/2018) 3. A Corte estadual ao reconhecer a nulidade da cláusula constante do contrato de fomento mercantil prevendo a recompra dos títulos, amparou-se da análise do conjunto fático-probatório dos autos, bem como da interpretação das cláusulas contratuais. Incidência das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1491234/ES, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 23/08/2019)

Em verdade, observa-se que o TJGO, quando do julgamento dos embargos de declaração, manifestou-se sobre as questões suscitadas pela ora recorrente, esclarecendo que (e-STJ, fls. 1.226-1.230, sem grifo no original):

De início, relativamente à alegação de nulidade do julgado, em razão do advogado da recorrente ter formulado, um novo pedido de

adiamento da sessão de julgamento, isso, após já ter sido deferido um pedido de adiamento, em razão de outros compromissos profissionais (outras audiências em outros processos), sendo adiada a sessão para a próxima data possível, o qual não chegou a ser analisado, tenho que não prospera.

Isto porque, em primeiro lugar, é facultativo o deferimento do pedido de adiamento da apreciação de processo por Órgão Colegiado, assim, não tendo havido manifestação expressa em tempo hábil, o patrono da recorrente deveria ter sido cauteloso e diligente o suficiente para ter comparecido para a sustentação oral na data designada; em segundo lugar, sequer seria possível o acolhimento do referido pedido sem a adequada e necessária motivação, apta a demonstrar a efetiva necessidade de modificação da pauta, ainda mais porque já havia sido adiada um vez, a pedido do mesmo advogado.

Assim, verifico que a motivação do patrono do recorrente não seria capaz de ensejar o novo adiamento da sessão de julgamento, pois, além de não ser o único advogado cadastrado na presente ação para defender a parte embargante, existindo o cadastro de Gisley Alves de Faria OAB/GO 31506, há o fato de que ele não demonstrou a efetiva impossibilidade de comparecimento na respectiva sessão, tendo em vista que trouxe aos autos apenas três extratos de movimentações de processos nos quais o advogado postulante é o mesmo, porém, sem fazer prova de que as audiências ali designadas foram realizadas, e, sobretudo, de que era o único advogado cadastrado naqueles processos.

Ora, a sessão de julgamento da presente apelação cível já havia sido adiada em razão do pedido formulado pelo advogado da recorrente, no qual sustentava as mesmas razões, impossibilidade de comparecimento em razão de audiências designadas para a mesma data. Porém, novamente vem o patrono da embargante requerer o mesmo adiamento, contudo, sem comprovar ser o único advogado constituído pelas respectivas partes, e, também, que as respectivas audiências teriam sido realizadas, não havendo como o julgamento do recurso ficar "aguardando" a data que melhor convier ao patrono da parte, mormente quando há outro advogado cadastrado no sistema.

[...]

Assim, tendo o patrono da recorrente pedido adiamento da sessão de julgamento em razão da existência de audiências, não poderia pedir novamente pelo mesmo motivo, sem a demonstração cabal do justo impedimento, estando ciente da data da sessão subsequente.

[...]

Logo, considero não haver omissão e tampouco nulidade processual, sendo válido o julgamento do apelo perpetuado na data subsequente ao primeiro adiamento da sessão.

Relativamente às outras indagações, também vislumbro que não há nenhum vício a ser sanado, não havendo contradição, obscuridade ou omissão no acórdão embargado, tampouco erro material.

As matérias apontadas pela embargante foram amplamente fundamentadas e decididas, pretendendo a recorrente, na verdade, a rediscussão da matéria, com a modificação do mérito do julgado.

A questão da competência deste Relator para a apreciação e julgamento deste apelo, sem conexão ao recurso apelatório nº 152230-31.2005.8.09.0097, da lavra do Desembargador Zacarias Neves Coêlho, restou afastada no julgamento da PETIÇÃO Nº 5327424.37.2017.8.09.0000, não havendo que se questionar essa matéria nos presentes embargos declaratórios, sobretudo porque foi afastada de forma a tese de conexão no acórdão embargado.

Com efeito, vislumbro que foram devidamente afastadas todas as teses levantadas no bojo dos embargos declaratórios, como a de cerceamento do direito de defesa da recorrente pelo julgamento antecipado da lide, a necessidade de reunião de processos para julgamento, a necessidade de recolhimento de custas processuais de uma outra ação para ajuizamento da ação petitória, dentre outras.

Ora, as questões suscitadas foram devidamente esclarecidas e apreciadas no acórdão fustigado, não havendo vício algum a ser sanado. Senão vejamos:

[...]

Como se vê, as alegações de contradição e omissão da embargante não prosperam, tendo sido devidamente apreciadas e afastadas as preliminares levantadas pela ré, além das questões meritórias.

Outrossim, acrescento, por oportuno, que decidir de forma contrária à tese apresentada pela apelante/embargante não significa existência de contradição no acórdão.

Acerca da alegada nulidade absoluta do processo, porque o Tribunal *a quo* não teria analisado o pleito de adiamento de sessão, impossibilitando ao advogado da ora recorrente a sustentação oral, atentando-se aos argumentos trazidos pela insurgente e aos fundamentos destacados e adotados pela Corte estadual, verifica-se que estes não foram objeto de impugnação específica nas razões do recurso especial, e a manutenção de argumentos que, por si só, sustentam o acórdão recorrido torna inviável o conhecimento do apelo especial, atraindo a aplicação do enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Concernente à apontada prevenção e à necessidade de reunião do processo objeto de análise e dos embargos de execução, verifica-se o que o Colegiado local, quando do julgamento da apelação, concluiu (e-STJ, fls. 1.144 - 1.146):

Relativamente à questão da prevenção para o julgamento deste recurso

apelatório alegada pela recorrente, tenho que já restou superada e afastada esta tese, inclusive, pelo próprio Desembargador Zacarias Neves Coelho em despacho encontrado no processo eletrônico de protocolo nº 5327424.37.2017.8.09.0000, tendo este Relator acatado o respectivo entendimento.

[...]

Doutra banda, não deve prosperar também a preliminar de necessidade de reunião de processos, quais sejam, a ação de imissão de posse e os embargos à execução para o julgamento simultâneo dos mesmos, isto porque, como restou devidamente demonstrado pelo julgador singular, eles se referem a objetos distintos, senão, vejamos (evento nº 03, doc. 69):

" (...) A área a ser imitada ao requerente é a de matrícula n. 12.160, arrematada nos autos da execução n. 8.231, tendo sido a carta assinada em 10.01.2002, conforme R3 de f. 36v.

A execução de número 46/07 não trata da área acima indicada, bem ainda, encontra-se baseada em escritura pública de confissão de dívida que deu como garantia o imóvel de matrícula n. 777 (hoje transmutada em 9.970 e 9.971, todas do CRI de Jussara).

Assim, trata-se de matrículas distintas, imóveis distintos e execuções distintas, uma em aberto e a outra já encerrada. São, portanto, situações táticas e jurídicas distintas."

De modo contrário, não demonstrou a recorrente que os respectivos processos, são conexos e tratam da mesma questão, não merecendo acolhimento esta alegação.

Da análise do acórdão recorrido, constata-se que as questões suscitadas foram decididas mediante acurada análise das provas carreadas aos autos, sendo que, para infirmar as conclusões do acórdão recorrido, seria imprescindível o reexame de provas, o que atrai a incidência da Súmula n. 7 do STJ.

Relativamente à necessidade de pagamento de custas e despesas processuais que a parte recorrida deveria ter recolhido, o Tribunal de origem consignou (e-STJ, fl. 1.147, sem grifos no original):

No que tange à alegação de que deveria ter a parte autora/recorrida recolhido todas as custas e despesas processuais além de honorários advocatícios da ação anterior extinta, nos termos do artigo 268 do CPC/1973, para só então poder proceder à propositura de nova ação, tenho que se trata de inovação recursal não levantada em sede de contestação, a qual não merece sequer ser conhecida. Não obstante, ressalto que se trata de ações distintas, a primeira, reivindicatória e a segunda, de imissão de posse, não havendo que se falar na aplicação deste artigo.

Entretanto, da leitura das razões do recurso especial, nota-se que a fundamentação utilizada pela Corte local para firmar seu convencimento não foi inteiramente atacada pela recorrente. Dessa forma, sendo a aludida motivação apta, por si só, para

sustentar o *decisum* combatido, aplica-se na espécie, por analogia, o óbice da Súmula n. 283 do STF.

No tocante ao alegado cerceamento de defesa, impende esclarecer que o Código de Processo Civil de 2015 manteve, em sua sistemática, o princípio da persuasão racional ou do livre convencimento motivado – adotado pela norma adjetiva revogada (arts. 130 e 131 do CPC/1973) –, conforme o disposto nos seus arts. 370 e 371, segundo os quais compete ao juiz a direção da instrução probatória, apreciando livremente as provas produzidas nos autos, a fim de formar convicção acerca da controvérsia submetida a sua apreciação, desde que devidamente fundamentada. Assim, não configura violação desses dispositivos legais quando o juiz, sopesando todo o conjunto probatório produzido e carreado ao feito, julga a causa em sentido oposto ao pretendido pela parte, o que é o caso dos autos.

Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. ACIDENTE DO TRABALHO. AÇÃO REGRESSIVA PREVISTA NO ART. 120 DA LEI 8.213/1991. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. QUESTÃO DEFINITIVAMENTE DECIDIDA. COISA JULGADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURAÇÃO. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O acórdão recorrido apreciou fundamentadamente a controvérsia dos autos, decidindo, apenas, de forma contrária à pretensão do agravante, não havendo, portanto, omissão ensejadora de oposição de embargos de declaração, pelo que, deve ser rejeitada a alegação de violação ao artigo 1.022 do CPC/2015. 2. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que, ainda que se trate de matéria de ordem pública, não é possível nova análise de matéria já definitivamente apreciada, sob pena de ofensa à coisa julgada. 3. **Segundo o princípio da persuasão racional ou da livre convicção motivada do juiz, previsto nos artigos 130 e 131 do CPC/1973, mantidos nos artigos 370 e 371 do CPC/2015, cabe ao magistrado dirigir a instrução probatória, analisando livremente as provas produzidas nos autos, bem como rejeitar as diligências requeridas, caso entenda protelatórias.** No caso concreto, foi de acordo com as circunstâncias específicas que o Tribunal de origem decidiu pela desnecessidade da produção de outras provas, valendo-se de prova emprestada de outro processo para o deslinde da

controvérsia. 4. O acórdão recorrido decidiu em sintonia com a jurisprudência do STJ no sentido de que cabe ao magistrado determinar a produção das provas necessária à instrução do processo, indeferindo as diligências que considerar inúteis ou meramente protelatórias.

5. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1.687.153/SE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/3/2018, DJe 20/3/2018 - sem grifo no original)

Enfatiza-se que, embora o termo "livremente" (que constava do art. 131 do diploma processual revogado) tenha sido suprimido pelo seu equivalente no CPC/2015 (art. 371), constata-se a inexistência de alteração substancial, a influir no modo de condução da instrução probatória e da formação de convicção do Magistrado, uma vez que, observando-se a regra constitucional de fundamentação das decisões (art. 93, IX, da CF), o julgador possui liberdade para analisar, sopesar e valorar, segundo o seu entendimento, cada uma das provas juntadas ao processo.

Na hipótese dos autos, o Tribunal estadual, com base no conjunto fático-probatório, afastou a alegação de cerceamento de defesa, tendo em vista a suficiência de prova nos autos para proferir a sentença de mérito (e-STJ, fls. 1.145-1.151):

Quanto à alegada ocorrência de cerceamento de defesa da parte requerida, ao fundamento de que o julgamento antecipado da lide lhe impediu de produzir provas acerca das alegações contidas na sua contestação, especialmente no que diz respeito à parte da sentença que constou se tratar de matrículas e imóveis distintos o desta ação de imissão de posse e da ação de embargos à execução que pretende verem julgados simultaneamente.

Todavia, a meu ver, a irresignação não merece acolhida.

A princípio, é preciso enfatizar que, sendo o juiz o destinatário final das provas, uma vez que se reservam à formação do seu convencimento, deverá ele apreciar a necessidade da sua produção, atentando sempre para os princípios da celeridade e economia processual.

Dessa forma, caberá ao magistrado indeferir as provas que reputar inúteis ou meramente protelatórias, nos termos do artigo 370 do CPC/2015, verbis:

"Art. 370. Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

Parágrafo único. O juiz indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias."

Logo, sendo a finalidade da prova justamente formar o convencimento do juiz, não basta que a parte apenas argumente a ocorrência de cerceamento de defesa ante o julgamento antecipado da lide; é preciso que demonstre a relevância e a pertinência do meio probatório

que lhe foi suprimido, além de sua aptidão para alterar o posicionamento adotado.

E deste ônus vejo que não se desincumbiu a parte suplicante, uma vez que não demonstrou como as provas que pretendia produzir iriam fazer prova dos seus argumentos, sendo, na verdade, inócua a produção de outras provas além daquelas já constantes no feito.

[...]

Assim, entendo que não houve o cerceamento do direito de defesa da parte requerida, pelo julgamento antecipado da lide, uma vez que a produção de provas não iria influenciar na solução da lide.

[...]

No mérito, vislumbro sem razão a recorrente, uma vez que o imóvel em litígio, qual seja, uma propriedade rural agrícola e pastoril, de matrícula nº 12.160, registrado no Cartório do 1º Registro de Imóveis e Tabelionato de Notas da cidade de Jussara, conforme certidão de inteiro teor encontrada no evento nº 03, doc. 05, foi regularmente arrematado pelo autor da presente imissão de posse, MANOEL PRIMO ALVES casado com CREUZA BARBOSA ALVES, mediante Carta de Arrematação passada em 10 de janeiro de 2002.

Nesses moldes, os reais proprietários do bem em litígio são os apelados, e a carta de arrematação registrada em Cartório é prova suficiente disso, só podendo ser afastada mediante decisão judicial nesse sentido.

Outrossim, o alegado "instrumento de ajuste" firmado entre as partes após a ocorrência da arrematação do imóvel pelo autor, não afastou ou ilidiu, por si só, a respectiva arrematação, tendo apenas previsto um acordo extrajudicial de que, se a empresa recorrente - REBRACE - pagasse o valor ali acordado, o autor - MANOEL PRIMO - "prometia", sem ônus, restituir o imóvel por ele arrematado à requerida, ficando suspensas as execuções em curso, tudo, exatamente como descrito no respectivo instrumento (evento nº 03, doc. 05).

De fato, foi estabelecido no "instrumento de ajuste" que a apelante - REBRACE - REFLORESTADORA DO BRASIL CENTRAL - COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA (cláusula 29 deveria efetuar o pagamento aos apelados da importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em moeda corrente, representada por nota promissória de igual valor, a ser liquidada até o dia 20 do corrente mês e, finalmente, a importância de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), que corresponde a dezesseis (16) lotes urbano, Setor Buriti Sereno, em Aparecida de Goiânia".

A recorrente não trouxe nenhuma prova em relação a esse pagamento para alegar a quitação do respectivo instrumento.

Na cláusula 5, do respectivo instrumento, restou assim estipulado:

"5, - Que, uma vez satisfeitas plenamente as obrigações devidas, Manoel Primo Alves promete, sem ônus, a restituir a mesma a Firma Rebrace ou a, quem esta indicar a área de 290 alqueires e 75 litros, que foi objeto de arrematação judicial por ele, tudo conforme consta dos autos 8.231, do Juízo da Comarca de Jussara, outorgando a devida escritura pública,

ficando bem claro que, se houver inadimplência ou mora nos pagamentos a Manoel Primo Alves, a arrematação, automaticamente, torna-se intocável e, portanto, inexigível juridicamente".

Ou seja, pela atenta leitura do mencionado ajuste, percebe-se que a arrematação está perfeita e acabada, pois, acaso a apelante - REBRACE - efetuasse todos os pagamentos ali previstos, o autor - MANOEL PRIMO - prometia lhe restituir o respectivo imóvel adquirido por meio de arrematação, o que não foi feito, diante do descumprimento do ajuste pela recorrente.

A pretensão de quem objetiva a imissão na posse fundamenta-se no direito de propriedade, assim, para conceder-se a medida é necessário constar nos autos o justo título, comprovando a propriedade.

[...]

Observo que os autores/apelados colacionaram os documentos necessários, quais sejam, o registro do imóvel, em que evidencia-se a consolidação da propriedade em seu nome e o registro da carta de arrematação.

Ademais, prevê a Súmula nº 487 do Superior Tribunal de Justiça que será deferida a posse a quem, evidentemente, tiver o domínio, se com base neste for ela disputada.

Assim, inexistindo qualquer prova que ilida a arrematação do imóvel procedida pelos autores, não há que se falar em improcedência do pedido inicial, devendo ser mantida a sentença que julgou procedente o pedido de imissão de posse em seu favor.

No mais, tenho que o julgador singular decidiu com objetividade e brilhantismo o caso em voga, sobretudo, levando-se em consideração que ele é o destinatário final das provas, que possui contato direto com as partes, e é o juiz prevento e que está analisando tanto a execução quanto os embargos à execução citados pela parte recorrente, estando ciente do objeto e das discussões ali travadas, assim, estando a sentença recorrida muito bem fundamentada, a adoto também, de forma complementar, como minhas razões de decidir, in verbis:

"(...) Inicialmente, não verifico a necessidade da realização de provas, pois todos os documentos juntados aos autos são suficientes para o deslinde da demanda.

A realização de perícia ou mesmo a oitiva de testemunhas é impertinente, pois somente seria ato procrastinatório que redundaria na comprovação de fatos já encartados na documentação apresentada, como será visto em fundamentação à frente.

Saliente-se que, a produção da prova é necessária para o entendimento do caso, não havendo de ter-se a análise ante-facto, ou seja, antes de analisada a situação como um todo, sendo despicienda quando dos próprios documentos encartados já é suficiente para julgamento do caso.

[...]

No mérito, ao que tudo indica a contestação, os requeridos querem desconstituir a arrematação em ação de imissão de

posse, para tanto juntando execuções e matrículas distintas.

A área a ser imitada ao requerente é a de matrícula n. 12.160, arrematada nos autos da execução n. 8.231, tendo sido a carta assinada em 10.01.2002, conforme R3 de f. 36v.

A execução de número 46/07 não trata da área acima indicada, bem ainda, encontra-se baseada em escritura pública de confissão de dívida que deu como garantia o imóvel de matrícula n. 777 (hoje transmudada em 9.970 e 9.971, todas do CRI de Jussara).

Assim, trata-se de matrículas distintas, imóveis distintos e execuções distintas, uma em aberto e a outra já encerrada. São, portanto, situações fáticas e jurídicas distintas.

A título de argumentação, a carta de arrematação que enseja a presente imissão foi assinada em 10.01.2002, ao passo que o termo de ajuste o foi em 18.02.03, portanto, quando do ajuste a arrematação já era perfeita, acabada e juridicamente válida.

O termo de ajuste seria, então, uma pretensão de acordo, o que não vincula as partes, e tendo o arrematante exercido seu direito de formalizar a arrematação, como é consectário do direito de sequela inerente ao direito real de propriedade, é direito seu ser imitado na posse de área.

Eventual discussão sobre a arrematação, já não pode ser objeto de discussão, pois ultrapassado o prazo legal, bem ainda, ação de imissão na posse não é o local adequado.

A carta de arrematação levada a registro no cartório competente afigura-se apta a produzir seus efeitos legais, dentre os quais a garantia do patrimônio do requerente, adquirente de boa-fé. Por isso, até que ela seja desfeita pelos meios cabíveis, detém o arrematante o direito à posse.

Segundo o que dizia o art. 694 do CPC/73 (atual e melhorado art. 903, CPC/2015), após assinado o auto pelos necessários agentes, considerar-se-á perfeita, acabada e irretratável.

A carta de arrematação não transfere o domínio do bem, mas serve de título aquisitivo, devendo ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis. Com o registro do título, dá-se a transferência da propriedade.

Com a aquisição da propriedade imóvel, mediante registro da carta de arrematação, nasceu o direito do requerente a buscar a posse do bem, contra quem injustamente o possuía.

A ação de imissão na posse e de natureza petítória, por intermédio da qual o autor, na qualidade de proprietário da coisa, pretende haver a posse, contra o requerido, que se nega a entregá-la. Embora não esteja positivada no ordenamento jurídico, é admitida na doutrina e pela jurisprudência, mediante a demonstração da prova de domínio, da delimitação do bem e da posse injusta.

A certidão da matrícula (fs. 36/37) faz prova cabal do domínio do requerente.

O imóvel está perfeitamente descrito na exordial e nos documentos que a instruem, correspondendo a área com

1.408.13.75 ha, matriculado sob o n. 12.160 do CRI de Jussara. Quanto ao caráter da posse, em se tratando de ação de imissão, assim como ocorre no âmbito da ação reivindicatória, o conceito de posse injusta prescinde dos quesitos da violência, precariedade ou clandestinidade, e configura-se tão somente pela ausência de prova de domínio da requerida e sua resistência na entrega do imóvel, o que estão devidamente comprovados nos autos, seja pelos documentos da inicial seja pelo próprio teor da contestação.

Agregado a isso, reitero que ação de imissão de posse não é o meio apropriado para discutir questões ligadas aos autos da ação de execução onde se deu a arrematação ou outras.

Portanto, enquanto não desconstituído o título de propriedade com base no qual houve a translação do domínio, não há óbice ao deferimento da imissão em favor do adquirente, não servindo de motejo discussões outras que não são cabíveis nesta seara.

Desse modo, não há modificação a ser realizada no aresto hostilizado, porquanto observados os princípios da persuasão racional e do convencimento motivado, bem como o dever de fundamentação das decisões judiciais.

Além disso, para infirmar a referida conclusão, seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é obstado em recurso especial, ante o disposto na Súmula 7/STJ.

Por fim, quanto à usucapião, a Corte local esclareceu (e-STJ, fls. 1.147-1.150):

Doutra banda, não merece acolhimento a alegação da recorrente em relação à ocorrência de aquisição do imóvel por usucapião extraordinária, uma vez que a sua posse sobre o imóvel não era mansa, tampouco pacífica, mas foi conseguida mediante ação judicial de reintegração de posse, sendo a parte autora a real proprietária do bem, assim, a posse da ré, sem os requisitos legais necessários, não configura posse, mas se caracteriza como mera detenção, que não é passível de gerar direito a usucapião, como bem lembrado pelo julgador singular.

[...]

No mais, tenho que o julgador singular decidiu com objetividade e brilhantismo o caso em voga, sobretudo, levando-se em consideração que ele é o destinatário final das provas, que possui contato direto com as partes, e é o juiz prevento e que está analisando tanto a execução quanto os embargos à execução citados pela parte recorrente, estando ciente do objeto e das discussões ali travadas, assim, estando a sentença recorrida muito bem fundamentada, a adoto também, de forma complementar, como minhas razões de decidir, in verbis:

No mérito, alegou como defesa os requeridos o usucapião da

área, indicando, em termos gerais que, com o acordo em 2002, readquiriu a posse da área e, até a presente demanda, não houve interrupção a esta.

Contrário é o que ressaí dos autos.

O que ocorreu, pelo que consta da redação do ajuste, foi a mera detenção do requerido na área, pois estava baseada claramente na condição resolutiva do pagamento daquele acordo.

Ora, não havendo o pagamento, tanto que reiniciada as execuções, a "posse direta" se tornou precária, pois contrária ao direito e, para tanto, desnecessário qualquer tipo de notificação.

Ademais, em 2005 e 2013, o requerente indicou a resistência ao acordo formalizado, ensejando, então, que eventual posse - a título de discussão - não era mansa e pacífica.

Tem-se que, não é somente a resistência formal ou acatada judicialmente que indica oposição à posse adversa, qualquer ato apto a indicar que não se aceita a posse do outro é qualitativa a ensejar a interrupção do prazo prescricional, tal como, em analogia, as regras do art. 202 do Código Civil.

De igual modo, a questão de eventual loteamento - que seria irregular, ilegal e nulo, pois feito a revelia da lei de regência - não tem relação causal com a imissão, bem ainda, não podem os requeridos, em legitimidade extraordinária que não possui, discutir a usucapião de terceiros.

Portanto, não resiste a exceção de usucapião.

Nesse contexto, reverter a conclusão do Tribunal de origem, para acolher a pretensão recursal, demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra impossível ante a natureza excepcional da via eleita, consoante enunciado da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator